

Eixo 1: Políticas públicas, financiamento, avaliação e gestão da educação.

O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS DE ITUIUTABA – MG: Uma Análise das Práticas Pedagógicas e da Avaliação.

Claudilene Abadia Freitas Guimarães
Universidade Federal de Uberlândia
claudileneabadia@hotmail.com
PIBIC/FAPEMIG/UFU

Lucia de Fatima Valente
Universidade Federal de Uberlândia
lucia@pontal.ufu.br

Resumo

Esse trabalho tem como objetivo analisar o Plano de Ações Articuladas (PAR) do município Ituiutaba – MG, no que refere a dimensão das práticas pedagógicas e da avaliação da aprendizagem. Para tal, empregou-se a metodologia qualitativa, utilizando-se de levantamento bibliográfico, análise documental, observação e entrevistas em duas escolas da rede pública municipal. Os dados revelam que as práticas pedagógicas e a avaliação da aprendizagem das escolas pesquisadas estão centradas no resultado das avaliações sistêmicas, tendo esse parâmetro como principal indicador de qualidade.

Palavras chave: PAR; Práticas Pedagógicas; Avaliação.

Introdução

Este trabalho está vinculado ao projeto de pesquisa intitulado “O Plano de Ações Articuladas (PAR): Perspectivas e Desafios na organização do trabalho pedagógico e na melhoria da qualidade do ensino.”, tendo como princípio o edital 07/2011 PIBIC/FAPEMIG /UFU, do qual se originou a proposta de pesquisa com o subprojeto “Desafios e perspectivas do Plano de Ações Articuladas: as práticas pedagógicas e a avaliação em foco”.

Para a elaboração do PAR, estados e municípios utilizam instrumentos que possibilitam um levantamento da realidade educacional com o foco em quatro dimensões: Gestão Educacional; Formação de Professores e dos Profissionais de Serviço e Apoio Escolar; Práticas Pedagógicas e Avaliação e Infra-estrutura Física e Recursos Pedagógicos, sendo o

terceiro eixo o foco do trabalho. O artigo tem como objetivo analisar os programas e ações referentes às práticas pedagógicas e à avaliação, voltados para a melhoria da qualidade do ensino ofertado na rede municipal de Ituiutaba.

Para o desenvolvimento deste trabalho, utilizou-se como metodologia a pesquisa qualitativa, empregando-se a revisão bibliográfica de textos que fundamenta as políticas que tangenciam o PAR; pesquisa e análise documental de orientações para sua elaboração; e ainda, observações e entrevistas semiestruturadas, a fim de compreender sua efetivação.

O texto está organizado em três seções. A primeira caracteriza o PAR. A segunda retrata como se dá a elaboração do plano e ainda as ações propostas ao município de Ituiutaba. Por fim apresenta-se a avaliação e as práticas pedagógicas no contexto do PAR nas duas instituições pesquisadas.

Caracterização do Plano de Ações Articuladas

O PAR é definido como uma política de planejamento participativo e coletiva, visando a participação de todos os entes federados e envolvidos com a finalidade de buscar uma educação de qualidade. Além disso, pode-se ser considerado como um meio de se efetivar as propostas do PDE, tendo em vista uma política mais focalizada, atendendo estados e municípios, diferenciando-se do Plano Nacional de Educação (PNE), o qual possui abrangência nacional. O plano é um documento elaborado a cada quatro anos pela secretaria de educação dos estados e dos municípios que aderem de forma voluntária ao Programa Compromisso Todos pela Educação.

O diagnóstico é organizado em indicadores que devem ser marcados de acordo com a melhor correspondência com a realidade local. São 100 indicadores para os estados, 82 para os municípios e 107 para o Distrito Federal. Segundo o documento orientador denominado Instrumento Diagnóstico PAR “o diagnóstico proposto é de caráter participativo e tem por objetivo promover uma análise compartilhada da situação educacional da rede [...]” (BRASIL, 2011a, p. 3) seja ela municipal ou estadual. Essa análise deve ser feita a partir da constituição de uma comissão.

Após realizar tais ações, é construído o PAR. Ele é composto por ações e subações que devem ser criadas de acordo com a necessidade educacional local, como já mencionado. Para o auxílio na elaboração das ações e subações, existe o Guia Prático de Ações, o qual está organizado de acordo com as dimensões do PAR. Após este preenchimento o documento é

enviado ao Ministério da Educação (MEC) por meio do Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (SIMEC). Existe no portal PAR uma espécie de relatório público, que é postado após a análise.

O plano segundo Saviani (2007) é um “guarda-chuva” que abriga praticamente todos os programas em desenvolvimento pelo MEC, e acrescenta que este tem como carro chefe o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”. Criado por meio do decreto 6.094/2007, o plano propõe vinte e oito diretrizes para serem efetivas por meio da União ao compromisso as quais serão verificadas pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Tendo como foco identificar o nível de aprendizagem dos alunos e o fluxo escolar, o Ideb toma como parâmetro notas de 0 a 10. O índice é medido a cada dois anos e serve como um meio de analisar a qualidade do ensino ofertado em cada instituição e do país em geral. Por meio deste índice, são classificadas as instituições escolares com os índices mais baixos e são dadas a elas auxílios financeiros para o alcance das metas. Para a efetivação desse programa, os entes federados realizam juntamente com a comunidade uma análise da realidade local o PAR, o qual é o foco deste trabalho.

O PAR de Ituiutaba e suas propostas de ação

O PAR em análise foi construído no ano de 2012 e traz indícios de que foi elaborado pela equipe local, a qual é composta por três professoras, sendo uma representante dos professores da zona rural da cidade, uma representante dos professores da zona urbana e uma representante dos conselhos escolares; duas diretoras, sendo uma representante do conselho municipal de educação e uma representante dos diretores de escola; uma secretária da educação a qual é a dirigente municipal de educação; uma especialista em educação, técnica da secretaria municipal de educação; e uma administrativa, também técnica da secretaria municipal de educação.

Segundo os documentos orientadores, as escolas escolhem por aderirem ou não, entretanto, nota-se que com a adesão há uma assistência para as ações que são elencadas de acordo com a realidade de cada município. “O Ministério transfere recursos financeiros (transferência voluntária) para que a secretaria municipal de educação realize a subação” (BRASIL, 2011, p.34).

Ainda como parte do diagnóstico de elaboração do PAR, são propostas quinze questões pontuais sobre as quatro dimensões. Na sequência, são respondidos os dados de cada

indicador. No total são oitenta e duas questões que deverão ser pontuadas de acordo com a descrição de critérios correspondentes aos quatro níveis de pontuação. À equipe local, caberá o papel de realizar uma avaliação, a fim de relacionar a realidade local com o indicador. Vale ressaltar que os indicadores que receberem a pontuação 01 e 02 deverão ter o cadastro de um plano de ação; os que recebem 03 e 04 ficarão à critério da equipe. Tais ações são propostas para suprir as principais necessidades do município.

Na dimensão práticas pedagógicas e avaliação, são propostas as seguintes ações: implantar um calendário com reuniões, preferencialmente semanais, para discussão dos conteúdos e metodologias de ensino; incluir como componente da política educacional, o estímulo à auto-avaliação e as práticas interdisciplinares; e definir e implementar políticas para correção de fluxo (ITUIUTABA, 2012).

Para a ação “Avaliação da aprendizagem dos alunos e tempo para assistência individual/coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem”, foram cadastradas as seguintes subações: orientar as escolas a incluírem a auto-avaliação dos alunos no PP; qualificar profissionais da rede nas áreas de currículo e avaliação; subsidiar as escolas na organização do currículo de forma interdisciplinar; subsidiar as escolas na organização do currículo de forma interdisciplinar, considerando a articulação dos saberes formais e não-formal no ambiente escolar. (ITUIUTABA, 2012)

No que concerne aos programas e ações referentes às práticas pedagógicas e à avaliação tem-se os seguintes eixos: organização da rede de ensino; organização das práticas pedagógicas; avaliação da aprendizagem dos alunos e tempo para assistência individual/coletiva aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem.

As implicações do PAR na prática pedagógica e na avaliação em duas escolas de Ituiutaba

As práticas pedagógicas são aqui compreendidas como um conjunto de ações desenvolvidas pelos professores, gestores e todos os envolvidos na instituição escolar em prol da aprendizagem e desenvolvimento dos alunos. Já a “avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos” (VASCONCELLOS, 2007, p. 53-54).

Nessa perspectiva, a avaliação não serve apenas como uma mera ferramenta para avaliar o desempenho do aluno, mas também para compreender as contribuições e lacunas das práticas de cunho educativo que estão sendo desenvolvidas em um âmbito maior. Portanto, práticas pedagógicas e avaliação devem ser tomadas como essências da educação, as quais dão base ao processo de ensino e aprendizagem, utilizados para a formação de sujeitos e para a reflexão deste processo.

Tendo como referências essas concepções, analisamos a realidade de duas escolas no município: a ***Escola Municipal Paulo Freire***¹, que de acordo com os dados obtidos pelo Censo Escolar de 2012, essa escola tem tido crescentes melhoras no Ideb. No ano de 2005, a escola teve índice de 3,3, uma nota considerada baixa. Em 2007, a meta objetivada era de 3,3 e sua nota obtida foi de 3,5, já se superando. Em 2009 e 2011 a instituição manteve a elevação dos índices projetados, os quais eram de 3,7 e 4,1, obtendo 4,7 e 4,8 respectivamente.

A ***Escola Municipal Emília Ferreira***, que inicialmente estava abaixo da meta geral em 2005 e nas avaliações subsequentes tiveram oscilações do índice. Em 2005 apresentou um resultado de 5,0, superior a média geral do país prevista para esse ano de 3,8, e em 2007 houve um crescimento para 5,6,ultrapassando a meta objetivada de 5,1. Em 2009, o crescimento é menor do que no ano anterior, mas a meta de 5,4 também é atingida, obtendo-se 5,8. Já em 2011, há um grande salto, sai de sua meta de 5,8 e atinge 7,0, índice superior à meta objetivada para o ano de 2022.

Após tais caracterizações, pretende-se a seguir apresentar a realidade das instituições analisadas, tomando como foco as práticas pedagógicas e a avaliação, a fim de compreender como estas se dão no contexto escolar.

Na ***Escola Emília Ferreira*** constatou-se a presença de coordenadores e supervisores na escola, que atuam na função de orientar e acompanhar os trabalhos das educadoras no planejamento das atividades pedagógicas, nas reuniões e nos cursos de formação na escola. Essas ações são reafirmadas pelos docentes como consta nos trechos abaixo:

Nós nos reunimos nos módulos II, nas reuniões e elaboramos essas ações e muitas dessas ações elas são desenvolvidas juntamente com a comunidade e com os alunos [...]. (Vice-diretora Lygia Fagundes)

Uma das coisas que a gente faz com frequência, aqueles alunos que não estão tendo bom aproveitamento a gente chama os pais tem uma conversa com eles né... explica né... [...].(Prof.^a Lya Luft)

¹ Os nomes da instituição e dos sujeitos envolvidos foram substituídos por outros fictícios a fim de preservar suas identidades e cumprir com as normas de ética deste trabalho.

Compreende-se que existem reuniões na instituição para a discussão dos trabalhos que são desenvolvidos com os alunos, das festividades, bem como prestação de contas para a comunidade e ainda para discussão e planejamento de atividades extraclasse. Vale destacar que há também um planejamento realizado pelos professores semanalmente no período de módulo. Nos horários de educação física e informática, o professor regente, utiliza-se do horário para planejar juntamente com o supervisor e quando possível, com outros professores do mesmo nível.

Quanto ao estímulo às práticas pedagógicas fora do espaço escola, não foi possível perceber tais atividades no período investigado. Entretanto, segundo informação da escola, a secretaria municipal de educação não se responsabiliza pela saída dos alunos da instituição, deixando a cargo da escola que também não se responsabiliza por medo e insegurança de acontecimentos imprevisíveis.

Referindo-se a existência de programas de incentivo à leitura, para o professor e o aluno, percebe que tal prática é realizada na instituição. Os alunos levam semanalmente livros de história para casa com a finalidade de desenvolverem a leitura. A cada semana, os discentes fazem a troca do livro por outro, fazendo uma espécie de rodízio. Para facilitar a escolha de livros pelos alunos, a professora regente expõe os livros utilizando-se do apoio de madeira da lousa, em seguida é feito um registro em um caderno, pela bibliotecária a qual anota o nome do livro e o nome do aluno.

No tocante à avaliação da aprendizagem dos alunos e tempo para assistência individual/coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem, percebe-se que na escola analisada, utiliza-se das seguintes formas de avaliação:

Na sala de aula o aluno também é avaliado diariamente, tudo, todos os dias. O aluno é avaliado com provas, trabalhos e até na maneira dele ler, na maneira dele trabalhar, na postura dele na escola, sabe? Ele é avaliado. (Prof.^a Rachel De Queiroz)

São vários os instrumentos de avaliação utilizados pelas profissionais da educação para a aprendizagem dos alunos, segundo seus discursos. Além de prova, mecanismo mais conhecido e considerado tradicional emprega-se também a avaliação contínua, por meio do desenvolvimento de atividades em sala de aula, das falas dos alunos, da participação, entre outros.

Por meio dos discursos apresentados, nota-se, que a avaliação é algo que sucede no processo, não somente por meio de avaliações escritas. No entanto, durante o período de

observação, não foi constatada nenhuma outra prática avaliativa, contradizendo-se assim com suas falas.

A avaliação segundo Vasconcellos (2007) deve ser utilizada como um instrumento para permitir a reflexão da prática utilizada pelo educador em sala de aula. Todavia, durante as observações desenvolvidas, os alunos quase diariamente realizavam avaliações, utilizadas para “treinar os alunos” para a realização da prova do Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica² (Proeb), a qual mobilizou toda a instituição. A avaliação ocorreu somente no final do período da pesquisa, no entanto, os alunos realizavam provas extensas, espécies de simulados, montadas pelas professoras a partir de questões de avaliações aplicadas nos anos anteriores. Diante desse processo, foi possível perceber a aflição e angústia dos estudantes ao realizá-la, uma vez que, tal tarefa requer muito tempo para sua execução.

Outra forte característica apresentada pelas ações das docentes são as avaliações informais. A todo o momento, percebeu-se nas falas e comentários das investigadas, a comparação das capacidades dos alunos. Freitas (2003) nesse sentido apresenta a avaliação de “valores e atitudes”, a qual ocorre quase cotidianamente e consiste em “expor o aluno a reprimendas verbais e físicas, comentários críticos e até humilhação perante a classe, criticando seus valores e atitudes” (p. 42). Tal fato pode se confirmar durante as observações.

[...] Levaram-me até a sala da professora Lya a qual me disse que naquele dia estaria “no reforço”. Não compreendi bem de início sua fala [...]. (Diário de bordo, 18 de out. de 2012)

“Não acredito! vocês deveriam ter vergonha de estarem aqui, estão atrasados e ainda não fazem a tarefa! Olhem para a outra sala... vocês acham porque que não estão lá?” (Diário de bordo, 18 de outubro de 2012)

Compreende-se que a fala utilizada por Lya, é um discurso de repressão e classificação, no entanto, sua essência não foi compreendida, relacionando-se à fala anterior no que se refere a “reforço”. A fim de melhor compreender tais indícios, questionou-se à professora sobre o fato de a turma estar de “reforço” e então foi constatado que a instituição utilizou-se de uma avaliação específica para os quintos anos, a fim de verificar o nível de aprendizagem desses alunos. A partir dos resultados obtidos, houve uma divisão dos alunos em novas turmas, classificando-os conforme o mérito. Os que obtiveram acima de 80% ficavam em uma sala e os que não conseguiram em outra. Vale ressaltar que os alunos que conseguiram a nota prevista na avaliação, continuaram os conteúdos propostos para o ano; já

² O Proeb é uma avaliação do Simave a qual tem por objetivo avaliar os alunos que se encontram no 5º ano e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio das escolas da rede pública, no que concerne às habilidades e competências desenvolvidas em Língua Portuguesa e Matemática.

os que não conseguiram, tiveram aulas de reforço de acordo com as dificuldades apresentadas, e ainda, não puderam mais frequentar as aulas de educação física e informática como punição por não terem conseguido “bom” resultado.

Assim sendo, as avaliações ainda existem como meios de exclusão dentro da escola, visto que há a disseminação da classificação (FREITAS, 2003). Um dos reflexos observados por meio dessa distinção entre as turmas é a desmotivação dos educandos, o qual faz com que estes se apresentassem revoltados, não realizando as atividades propostas.

Percebe-se que o discurso de Lya apresenta traços de discriminação com estes alunos, o que faz com que criem um bloqueio em suas aprendizagens, pois se sentem inferiorizados e muitas vezes incapazes. Nesse sentido, vale ressaltar que “a avaliação é parte integrante do processo de ensino-aprendizagem e deve ser usada, não para excluir, mas para incluir os alunos nos campos de saber” (AMARAL, 2000, p. 32). A seleção estabelecida nesta instituição fez com que os próprios professores criassem mecanismos de seletividade constatada por meio da observação e principalmente no discurso de Cora:

*Após o recreio fomos para a sala “forte”. Antes de entramos na sala a professora avisou-me: “ **você verá, o quanto eles são melhores**”. Cora desenvolveu as mesmas atividades nas duas salas, entretanto, uma destas gasta mais na realização das atividades, sendo este motivo de comparação pela professora: “a outra turma foi mais rápida que vocês”. (Diário de bordo, 19 de outubro de 2012)*

Portanto, os momentos que deveriam ser de construção de conhecimentos para os alunos, são marcados pela artificialidade das atividades pedagógicas, principalmente no que se refere à preparação para as avaliações externas.

Referindo-se ao indicador de utilização do tempo para assistência individual/coletiva dos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem, foi constatado que os professores aproveitam o próprio espaço da aula para essa tarefa. Percebe-se ainda, que algumas professoras utilizam do auxílio dos próprios alunos com mais facilidades para monitorar os colegas com mais dificuldades. Tais atividades são validadas pela professora. Nota-se que o auxílio entre os alunos cria uma aparência de superioridade de alguns, subestimando a capacidade dos outros que se sentem inferiorizados nessa relação.

Sobre as formas de registro das presenças, não foram percebidas essa prática em sala, talvez pelo fato de todas as professoras conhecerem os nomes de todos seus alunos, o que facilita seus trabalhos, o qual pode ser realizado de forma silenciosa. E ainda, pela

possibilidade de utilizar das atividades avaliativas diárias que são entregues aos professores. Uma preocupação com as presenças deu-se no dia de aplicação da prova Proeb.

Tratando-se das políticas de correção de fluxo, não foram observadas tais ações. No entanto, percebe-se que em todas as turmas analisadas, os alunos possuem a mesma faixa etária.

De um modo geral, as práticas pedagógicas e a avaliação da instituição, são ações que são desenvolvidas por meio dos planejamentos para prever as ações a serem realizadas no contexto prático das salas de aula. Há um acompanhamento dos gestores, a fim de orientar tais práticas. Quanto às aprendizagens dos discentes, percebe-se que os professores se desdobram no atendimento de todos, utilizando inclusive do auxílio dos próprios educandos.

A respeito da avaliação, considera-se que os discursos utilizados pelos profissionais da educação, contradizem às suas práticas, visto que há cotidianamente avaliações, a fim de medir o conhecimento dos alunos e ainda práticas de repressão e classificação, as quais foram notadas em sala de aula. Há uma forte cobrança e ênfase aos resultados, o que cria certa artificialidade ao contexto pedagógico.

Em relação a segunda instituição, a *Escola Paulo Freire*, notou-se que também existe uma coordenadora e uma supervisora pedagógica que auxiliam o trabalho dos professores a partir dos momentos de módulos. Ao ser questionada sobre as melhoras nas práticas pedagógicas da instituição, Adélia Prado considera como algo positivo o apoio da equipe pedagógica.

Considero que melhorou, inclusive, assim, a gente tem muito o apoio pedagógico, muito apoio em salas de A.E.E.(Atendimento Educacional Especializado), em salas de reforço, isso ajuda muito [...](Prof.ª Adélia Prado).

Há o acompanhamento, além da supervisora e coordenadora pedagógica, o das salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e ainda de reforço, que auxiliam o trabalho das profissionais da educação. Portanto, pode-se afirmar que a prática pedagógica é uma dimensão social a qual pressupõe relação entre teoria e prática (VEIGA, 1989).

Os horários de módulo são realizados, assim como a escola Emília Ferreiro, nos horários de educação física e informática. Embora a pesquisadora fosse convidada a participar deste momento pela supervisora da escola, isso não fora permitido pelas professoras, as quais se apresentaram resistentes em darem abertura às reuniões de planejamento e discussões. Percebe-se que existe um momento destinado ao planejamento das atividades pedagógicas e acompanhamento por parte da supervisora ao trabalho das docentes, o que não pode ser

acompanhado de perto. Outra resistência se deu quando foi pedido a uma das professoras que apresentassem seu planejamento. Quando questionada, Adélia diz que há um planejamento sim, e que mostrará, mas essa não o apresenta, dizendo sempre esquecer.

As práticas pedagógicas fora do espaço escolar, não foram notadas. Tal fato, como já mencionado anteriormente, deve-se pela responsabilização deixada pela secretaria da educação ao cargo da instituição.

A respeito dos programas de incentivo à leitura, a fala da professora Ruth é ilustradora:

A prática pedagógica tem melhorado sim, na leitura... a gente ao estimular o aluno à leitura, também estimula muito a escrita... [...]. (Prof.^a Ruth Rocha)

Portanto, para a educadora, uma das práticas que tem aperfeiçoado no contexto da instituição, considerada importante, é a leitura. Nota-se que na instituição a leitura é tomada como algo sério à aprendizagem dos alunos. Utilizam como estratégia a leitura de um aluno para o outro, tornando-se significativa e ainda propiciando o contato entre os discentes. Deu-se ainda a possibilidade de contato dos alunos com a prática avaliativa, tornando-a também algo significativo.

Clarisse, diretora da escola, também reafirma a prática avaliativa da instituição, referindo-se à leitura:

A avaliação mesmo, é... Tomando leitura, é ... Pedindo eles para produzirem texto, é ... Interpretação, porque eles não são bons ainda, eles ainda tem muita dificuldade, sabe?! e ... mas, a gente tem colocado eles demais para ler, porque lendo a gente dá conta de interpretar. (Diretora Clarisse Lispector)

A leitura antes um desafio, hoje vem sendo na escola uma luta, que aos poucos, vem ganhando espaço. Há um comprometimento dos profissionais com a prática de leitura, os quais visam à aprendizagem dos alunos de forma expressiva.

Reportando à avaliação da aprendizagem dos alunos e tempo para atendimento dos alunos que apresentam dificuldades, percebe-se que tal prática é efetuada dentro da sala de aula. As professoras auxiliaram os alunos de uma forma mais geral e, por conseguinte atendiam os alunos que necessitam individualmente. Há também o auxílio dos próprios alunos. Portanto, uma das formas utilizadas pelas educadoras, a fim de auxiliar os alunos que possuem dificuldade é o agrupamento dos alunos. Vale ressaltar que quando necessário a educadora também intervia nas dificuldades dos alunos.

Nota-se que a todo o momento, Ruth fazia referências ao dar nota. Tal fato demonstra que a avaliação é tida como algo primordial de suas atividades desenvolvidas, sendo que o

que deveria ter atenção é a aprendizagem dos alunos. A avaliação deveria ser pensada de forma que possibilitasse o professor visualizar o desenvolvimento da turma, não tendo como foco apenas a nota e a classificação; mas sim com o princípio de melhorar sua prática e rever conteúdos com os alunos que não ficaram claros. Neste sentido, Vasconcellos (2007) apresenta-nos a lógica da escola, a qual se centra em dar nota e criar momentos de tensão; e a lógica dos professores, a qual se dá por meio de supervalorização das notas e valorização dos bons resultados. Quando questionada sobre avaliação da aprendizagem dos alunos, Ruth explica:

[...] avaliação ela é contínua, ela é dia a dia, onde se aproveita tudo do aluno, tudo que ele aprende na sala de aula, fora da sala de aula também, então não é só as avaliações escritas. Tem também a avaliação escrita, por que ela é um registro, um documento do aluno, mas o professor faz uma avaliação de um modo geral, do todo da criança. Essa maneira [...] de dar oportunidade para o educando, não é só escrita; por que as vezes, tem criança que a oralidade dela é muito rica e no registro ela já tem mais dificuldade, então você tem que aproveitar muito, a escrita é importante, mas não é tudo[...]. (Prof.^a Ruth Rocha)

Assim, entende-se que para a educadora, a avaliação se dá em dois campos: o escrito e o oral, visto que há a necessidade de levar em consideração a especificidade de cada indivíduo aprendiz. Apesar disso, Ruth exige a todo o momento que os alunos realizem as atividades pelo fato de valerem nota. Assim, [...] a avaliação que deveria ser um acompanhamento do processo educacional, acabou tornando-se o objetivo deste processo, na prática dos alunos e da escola; é o famoso “estudar para passar” (VASCONCELLOS, 2007, p. 32). A avaliação deixa de ter sua principal função, a de fundamentar e orientar o processo de ensino, tornando-se uma questão de finalização deste procedimento.

Diante as observações, percebe-se que há na instituição o Plano de Desenvolvimento Individual do aluno (PDI). O documento é uma ficha, que é preenchida durante todo o ano, tendo como função acompanhar o desenvolvimento gradual do discente. Tal ficha serve como um instrumento para verificar o desenvolvimento de cada aluno, bem como as dificuldades encontradas. Considera-se que o PDI pode ser compreendido por uma avaliação processual, visto que ela acompanha o desenvolvimento obtido pelo aluno.

Houve também na instituição aplicações de avaliações, espécie de simulados para “treinar” os alunos para a avaliação do Proeb – Simave. As avaliações eram extensas e possuíam questões relacionadas a fatos cotidianos. Uma das reclamações dos alunos durante a aplicação das avaliações é falta de qualidade do xerox, o que dificultava a leitura e

interpretação das questões. Para sanar a dificuldade, as docentes liam junto com os alunos as questões que eram necessárias.

Constata-se que a aplicação da avaliação e a utilização de gabaritos tornam-se um treinamento aos alunos. Atenta-se ainda a exaltação pela professora ao bom resultado do aluno, o que de certa forma, faz com que os outros alunos sintam-se menosprezados. Freitas (2003) aponta que a relação professor-aluno está marcada por juízos, os quais são construídos diariamente. Nesse mesmo sentido, aponta-se que “a avaliação escolar não é só avaliação! De instrumento de análise do processo educacional, a avaliação tornou-se um instrumento de dominação, de controle, de seleção social, de discriminação [...]” (VASCONCELLOS, 2007, p. 37). As formas de verificação utilizadas pela docente estão, portanto, impregnadas de valores de classificação e de seleção. Entretanto, vale ressaltar que há a prática de correção dessas avaliações por uma das professoras, permitindo que os alunos revejam seus erros e possam realizá-las novamente, utilizando-se do apoio dos colegas. Tal atividade permite a reflexão diante dos erros e ainda dá possibilidade de reverem com a ajuda dos colegas as suas dificuldades.

No que compete à assistência individual e coletiva dos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem, percebe-se que além do PDI mencionado acima, existe o acompanhamento por parte das docentes às atividades dos alunos, o qual é realizado de forma coletiva e se necessária, individualizada. Vale ressaltar que essa prática se dá de forma simplificada, visto que existem poucos alunos em cada sala, no máximo doze.

A cerca do registro da frequência dos alunos, observou-se que não há um momento específico para tal prática. No entanto, esta certamente deve-se dar pelo campo visual ou pelos registros e pelas avaliações realizados pelos discentes entregues às docentes.

No que tange à política de correção de fluxo, a instituição é adepta a tal proposta. Tal informação pode ser obtida durante uma entrevista com a supervisora Tatiana, a qual, ao ser indagada sobre a melhora educacional, relata que:

Olha questão de aprendizagem, eu acho que não (melhorou), porque com essa nova lei que vem, que não pode dar bomba pra o aluno, tem piorado bastante. (Supervisora Tatiana Belinky)

Outra informação que verificou tal fato foi uma conversa informal realizada com a professora Ruth.

[...]Ruth informa-me que auxilia os alunos dando notas à atividades extras como correção de provas, realização de atividades e tarefas, pelo fato de que o quinto ano não pode ter retenção. (Diário de bordo, 26 de novembro de 2012)

Na instituição, há política de correção de fluxo. Entretanto, existe em uma das salas um aluno que apresenta ter idade superior a dos alunos. De um modo geral, considera-se que a escola possui uma equipe pedagógica que é efetiva; existem planejamentos e realizações de reuniões para a discussão dos desenvolvimentos dos alunos, (embora a pesquisadora não pudesse acompanhar), o qual é registrado por meio do PDI; as práticas de leitura é uma luta da instituição que vem ganhando campo e obtendo conquistas; os atendimentos aos alunos são realizados no espaço da sala de aula de forma coletiva e individual e também fora da sala, por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e reforço escolar. Além disso, há o auxílio dos próprios alunos na realização das atividades.

A avaliação é tida como algo primordial do processo de ensino, sendo ainda utilizada como treinamento para as avaliações externas. Há também, o favoritismo pelos alunos que apresentaram bons resultados, trazendo à tona a classificação e seletividade.

4. Conclusão

O PAR é um documento composto por ações que são criadas em nível estadual e municipal pelas secretarias da educação, prefeituras, profissionais e especialistas da educação, comunidade escolar e alunos, com a finalidade de instituir o Compromisso - Todos pela Educação, com o pressuposto de alcançar a educação de qualidade. Considerando-o como um meio de efetivação das propostas do PDE, tomando como princípio uma política focalizada, o plano tem suas concepções de planejamento, atreladas à concepção participativa e coletiva, visando o envolvimento dos entes federados para alcançar sua principal meta.

Trazendo um novo caráter à avaliação da educação básica, o plano busca elevar o Ideb, com o intuito de buscar a efetivação da educação de qualidade. Possibilita o cooperativismo entre os entes federados, dando novo caráter ao planejamento educacional e ainda mobilizando as instituições educacionais.

Tratando-se da dimensão das práticas pedagógicas e a avaliação em específico, percebe-se que o plano tem como proposta promover uma educação que atenda as demandas sociais e que seja considerada de qualidade. No entanto, a partir das observações realizadas, nota-se que todas as práticas pedagógicas das escolas pesquisadas centram-se nos resultados das avaliações sistêmicas. Nesse sentido, pode-se considerar

que há um falseamento dos resultados das instituições. As escolas criam mecanismos para elevar os seus resultados com a finalidade de não ser mal vista pela sociedade e ainda não deixar de ganhar recursos.

Vivemos em uma lógica do absurdo, como nos aponta Vasconcellos (2007), um contexto, no qual a escola valoriza a nota, criando climas de tensão e insegurança aos alunos; os professores supervalorizam os resultados, enfatizando os acertos; os alunos estudam para tirar nota; e as provas não exigem reflexão, mas sim a classificação.

Segundo Freitas (2012), o neotecnicismo está interposto na teoria da responsabilização. Existem testes padronizados, os quais gerenciam a força de trabalho das instituições escolares por meio do controle de acesso, bônus ou punições. A responsabilização envolve três aspectos: os testes aplicados, à divulgação pública dos resultados obtidos pela escola e as recompensas ou sanções dadas.

Pode-se considerar que em pleno século XXI, a educação é influenciada pelo sistema capitalista, imposto pelo contexto social. A avaliação torna-se um instrumento classificatório e excludente, fruto do capitalismo, com a finalidade de selecionar e promover os melhores alunos por meio de notas. Nesse contexto, os discentes não aprendem para intervir na realidade, mas sim, para mostrar o conhecimento ao professor. A avaliação garante o controle social da escola, mantendo a sociedade de classe por meio da seletividade. As notas que são obtidas pelas instituições a fim de demonstrar resultado ao sistema regulatório, tornam-se motivos de categorização destas, visto que suas notas são expostas à sociedade, assim como as dos alunos à sala de aula e à escola.

As novas formas de exclusão atuam agora por dentro da escola (FREITAS, 2003). Adiam a eliminação do aluno e internalizam o processo de exclusão, as novas formas de organização da escola como progressão continuada, progressão automática, ciclos, promovendo assim a liberação do fluxo de alunos no interior da escola.

Portanto, a qualidade educacional está virando um ciclo de responsabilização: o governo culpa os gestores, que apontam os professores, que por sua vez, acusam os alunos. As práticas e avaliação devem ser tomadas como essências da educação, as quais dão base ao processo de ensino e de aprendizagem, utilizado para a formação de sujeitos e para a reflexão deste processo.

5. Referências bibliográficas

AMARAL, Ana Lúcia. **A Dimensão Humana da Prática Pedagógica: o papel do educador**. In: **Caderno do Professor**. CERSP/SEE – MG – nº 5 – Março de 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia Prático de Ações para Municípios**. Brasília, DF. Nov. 2011.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A lógica da avaliação**. In: **Ciclos, seriação e avaliação: confronto de lógicas?** São Paulo: Moderna, 2003.

_____, Luiz Carlos de. **Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação**. *Educ. Soc.* [online]. 2012, vol.33, n.119, pp. 379-404. ISSN 0101-7330. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n119/a04v33n119.pdf>>. Acessado em: 20 de fev. de 2013.

ITUIUTABA, **Plano de Ações Articuladas 2011-2014**.

SAVIANI, Dermeval. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise do Projeto MEC**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007 . Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acessado em: 11 de set. 2011.

VASCONCELOS, Celso dos Santos, 1994 – **Avaliação: concepção dialtética-libertadora do processo de avaliação escolar**. 17 ed. São Paulo: Libertad 2007. – (Cadernos Pedagógicos do Libertad; v.3)

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A prática pedagógica do professor de didática**. Campinas, SP: Papirus, 1989.